

Seguro de Roubo de Gadget

Associado à Solução PrestigeFamily

Condições Gerais e Especiais da Apólice

Apoio ao Cliente: 210 042 490 / 226 089 290

Atendimento personalizado disponível

todos os dias úteis das 8h30 às 19h00.

Custo de chamada para a rede fixa nacional

www.ocidental.pt

ÍNDICE

Condições Gerais do Seguro de Roubo de Gadget Associado à Solução Prestige Family

04 ARTIGO PRELIMINAR

04 CAPÍTULO I

DEFINIÇÕES, OBJETO E GARANTIAS DO CONTRATO

04 ARTIGO 1.º - DEFINIÇÕES

05 ARTIGO 2.º - OBJETO E GARANTIAS DO CONTRATO

05 ARTIGO 3.º - ÂMBITO TERRITORIAL E TEMPORAL

05 ARTIGO 4.º - EXCLUSÕES

05 CAPÍTULO II

DECLARAÇÃO DO RISCO, INICIAL E SUPERVENIENTE

05 ARTIGO 5.º - DEVER DE DECLARAÇÃO INICIAL DO RISCO

05 ARTIGO 6.º - INCUMPRIMENTO DOLOSO DO DEVER DE DECLARAÇÃO INICIAL DO RISCO

06 ARTIGO 7.º - INCUMPRIMENTO NEGLIGENTE DO DEVER DE DECLARAÇÃO INICIAL DO RISCO

06 ARTIGO 8.º - AGRAVAMENTO DO RISCO

07 ARTIGO 9.º - SINISTRO E AGRAVAMENTO DO RISCO

07 CAPÍTULO III

PAGAMENTO E ALTERAÇÃO DOS PRÉMIOS

07 ARTIGO 10.º - VENCIMENTO DOS PRÉMIOS

07 ARTIGO 11.º - COBERTURA

08 ARTIGO 12.º - AVISO DE PAGAMENTO DOS PRÉMIOS

08 ARTIGO 13.º - FALTA DE PAGAMENTO DOS PRÉMIOS

08 ARTIGO 14.º - ALTERAÇÃO DO PRÉMIO

08 CAPÍTULO IV

INÍCIO DE EFEITOS, DURAÇÃO E VICISSITUDES DO CONTRATO

08 ARTIGO 15.º - INÍCIO DA COBERTURA E DE EFEITOS

09 ARTIGO 16.º - DURAÇÃO

09 ARTIGO 17.º - MODOS DE CESSAÇÃO DO CONTRATO

09 CAPÍTULO V

OBRIGAÇÕES E DIREITOS DAS PARTES

09 ARTIGO 18.º - OBRIGAÇÕES DO TOMADOR DO SEGURO E DO SEGURADO

10 CAPÍTULO VI

DISPOSIÇÕES DIVERSAS

10 ARTIGO 19.º - INTERVENÇÃO DE MEDIADOR DE SEGUROS

10 ARTIGO 20.º - COMUNICAÇÕES E NOTIFICAÇÕES ENTRE AS PARTES

10 ARTIGO 21.º - LEI APLICÁVEL, RECLAMAÇÕES E ARBITRAGEM

11 ARTIGO 22.º - FORO

11 ARTIGO 23.º - SANÇÕES

Condição Especial do Seguro de Roubo de Gadget Associado à Solução Prestige Family

11 ARTIGO 1.º - DEFINIÇÕES

11 ARTIGO 2.º - OBJETO E GARANTIAS DO CONTRATO

12 ARTIGO 3.º - INÍCIO E DURAÇÃO DA COBERTURA

12 ARTIGO 4.º - EXCLUSÕES

12 ARTIGO 5.º - CAPITAL SEGURO

12 ARTIGO 6.º - FRANQUIA

12 ARTIGO 7.º - OBRIGAÇÕES DO SEGURADOR

13 ARTIGO 8.º - OBRIGAÇÕES DO SEGURADO

Condições Gerais do Seguro de Roubo de Gadget Associado à Solução Prestige Family

ARTIGO PRELIMINAR

1. Entre a Ageas Portugal – Companhia de Seguros, S.A., adiante designada por Segurador, e o Tomador do seguro, ambos melhor identificados nas Condições Particulares, é celebrado o presente contrato de seguro que se regula pelas presentes Condições Gerais, pelas Condições Particulares, e ainda, se contratadas, pelas Condições Especiais.
2. A individualização do presente contrato é efetuada nas Condições Particulares, com, entre outros, a identificação, incluindo o número de identificação fiscal, das partes e do respetivo domicílio, os dados do Segurado, os dados do representante do Segurador para efeito dos Sinistros, o capital seguro ou o modo da sua determinação e adeterminação do prémio ou a fórmula do respetivo cálculo.

CAPÍTULO I DEFINIÇÕES, OBJETO E GARANTIAS DO CONTRATO

ARTIGO 1.º - DEFINIÇÕES

Para efeitos do presente contrato entende-se por:

APÓLICE: O conjunto de documentos que titulam o contrato de seguro, incluindo a Proposta de Seguro, as Condições Gerais, as Condições Especiais e as Condições Particulares e todos os documentos adicionais que as completem ou alterem.

SEGURADOR: A Ageas Portugal – Companhia de Seguros, S.A., entidade legalmente autorizada a exercer a atividade seguradora, e que subscreve o presente contrato com o Tomador do seguro.

TOMADOR DO SEGURO: A Pessoa singular ou coletiva que celebra o presente contrato com o Segurador, sendo responsável pelo pagamento do prémio.

SEGURADO: A Pessoa singular ou coletiva titular do interesse seguro e sujeita aos riscos que, nos termos do acordado, são objeto do presente contrato.

SINISTRO: A verificação, total ou parcial, do evento que desencadeia o acionamento da cobertura do risco prevista no presente contrato.

ROUBO: Ato levado a cabo com o intuito de subtrair coisa imóvel alheia, por meio de violência contra uma pessoa, de ameaça com perigo iminente para a vida ou para a integridade física.

CAPITAL SEGURO: Representa o valor máximo da prestação a pagar pelo Segurador por sinistro ou anuidade de seguro, de acordo com o que esteja estabelecido no presente contrato.

PRÉMIO: A importância paga pelo Tomador do seguro ao Segurador como contrapartida da assunção dos riscos por parte deste.

FRANQUIA: Valor que, em caso de sinistro, fica a cargo do(s) Segurado(s) e cujo montante se encontra estipulado nas Condições Particulares da Apólice.

Pág. 4/13

DISPOSITIVO ELETRÓNICO PORTÁTIL: Equipamento eletrónico móvel, pequeno o suficiente para segurar e operar na mão, usado para armazenamento, gravação e/ou transmissão de texto, imagem, vídeo ou som, tais como, incluindo mas não limitado, *Smartphones, Tablets, Smartwatches*.

ARTIGO 2.º - OBJETO E GARANTIAS DO CONTRATO

O presente contrato garante, nos termos das Condições Gerais, Especiais e Particulares da Apólice as perdas ou danos do Segurado diretamente resultantes de Roubo do Equipamento definido na Condição Especial do contrato.

ARTIGO 3.º - ÂMBITO TERRITORIAL E TEMPORAL

Salvo convenção em contrário expressa nas Condições Particulares, o presente contrato apenas produz efeitos em relação aos eventos ocorridos em Portugal Continental e Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores.

ARTIGO 4.º - EXCLUSÕES

1. Para além das exclusões previstas nas Condições Especiais e Particulares, ficam excluídos da cobertura da presente apólice:
 - a) as prestações relativas a sinistros decorrentes de dolo de qualquer dos Segurados;
 - b) as prestações relativas a sinistros decorrentes de ação ou omissão do Segurado quando este apresente taxa de alcoolemia igual ou superior a 0,5 g/l ou quando esteja sob o efeito de estupefacientes fora de prescrição médica ou quando incapaz de controlar os seus atos;
 - c) a responsabilidade resultante de acidentes devidos a atos de guerra, guerra civil, invasão, hostilidades, rebelião, insurreição, poder militar usurpado ou tentativas de usurpação do poder, terrorismo, sabotagem, assaltos, greves, tumultos e "lock-out".

CAPÍTULO II DECLARAÇÃO DO RISCO INICIAL E SUPERVENIENTE

ARTIGO 5.º - DEVER DE DECLARAÇÃO INICIAL DO RISCO

1. O Tomador do seguro ou o Segurado está obrigado, antes da celebração do contrato, a declarar com exatidão todas as circunstâncias que conheça e razoavelmente deva ter por significativas para a apreciação do risco pelo Segurador.
2. O disposto no número anterior é igualmente aplicável a circunstâncias cuja menção não seja solicitada em questionário eventualmente fornecido pelo Segurador para o efeito.

ARTIGO 6.º - INCUMPRIMENTO DOLOSO DO DEVER DE DECLARAÇÃO INICIAL DO RISCO

1. Em caso de incumprimento doloso do dever referido no n.º 1 do artigo anterior, o contrato é anulável mediante declaração enviada pelo Segurador ao Tomador do seguro.
2. Não tendo ocorrido sinistro, a declaração referida no número anterior deve ser enviada no prazo de três meses a contar do conhecimento daquele incumprimento.

Pág. 5/13

3. O Segurador não está obrigado a cobrir o Sinistro que ocorra antes de ter tido conhecimento do incumprimento doloso referido no n.º 1 ou no decurso do prazo previsto no número anterior, seguindo-se o regime geral da anulabilidade.
4. O Segurador tem direito ao prémio devido até ao final do prazo referido no n.º 2, salvo se tiver concorrido dolo ou negligência grosseira do Segurador ou do seu representante.
5. Em caso de dolo do Tomador do seguro ou do Segurado com o propósito de obter uma vantagem, o prémio é devido até ao termo do contrato.

ARTIGO 7.º - INCUMPRIMENTO NEGLIGENTE DO DEVER DE DECLARAÇÃO INICIAL DO RISCO

1. Em caso de incumprimento com negligência do dever referido no n.º 1 do artigo 5.º, o Segurador pode, mediante declaração a enviar ao Tomador do seguro, no prazo de três meses a contar do seu conhecimento:
 - a) propor uma alteração do contrato, fixando um prazo, não inferior a 14 dias, para o envio da aceitação ou, caso a admita, da contraproposta;
 - b) fazer cessar o contrato, demonstrando que, em caso algum, celebra contratos para a cobertura de riscos relacionados com o facto omitido ou declarado inexatamente.
2. O contrato cessa os seus efeitos 30 dias após o envio da declaração de cessação ou 20 dias após a receção pelo Tomador do seguro da proposta de alteração, caso este nada responda ou a rejeite.
3. No caso referido no número anterior, o prémio é devolvido *pro rata temporis* atendendo à cobertura havida.
4. Se, antes da cessação ou da alteração do contrato, ocorrer um Sinistro cuja verificação ou consequências tenham sido influenciadas por facto relativamente ao qual tenha havido omissões ou inexatidões negligentes:
 - a) o Segurador cobre o sinistro na proporção da diferença entre o prémio pago e o prémio que seria devido, caso, aquando da celebração do contrato, tivesse conhecido o facto omitido ou declarado inexatamente;
 - b) o Segurador, demonstrando que, em caso algum, teria celebrado o contrato se tivesse conhecido o facto omitido ou declarado inexatamente, não cobre o Sinistro e fica apenas vinculado à devolução do prémio.

ARTIGO 8.º - AGRAVAMENTO DO RISCO

1. O Tomador do seguro ou o Segurado tem o dever de, durante a execução do contrato, no prazo de 14 dias a contar do conhecimento do facto, comunicar por escrito ou por outro meio de que fique registo duradouro ao Segurador todas as circunstâncias que agravem o risco, desde que estas, caso fossem conhecidas pelo Segurador aquando da celebração do contrato, tivessem podido influir na decisão de contratar ou nas condições do contrato.
2. No prazo de 30 dias a contar do momento em que tenha conhecimento do agravamento do risco, o Segurador pode:
 - a) apresentar ao Tomador do seguro proposta de modificação do contrato, que este deve aceitar ou recusar em igual prazo, findo o qual se entende aprovada a modificação proposta;

- b) resolver o contrato, demonstrando que, em caso algum, celebra contratos que cubram riscos com as características resultantes desse agravamento do risco.
3. A resolução do contrato produz efeitos 14 dias a contar da data do envio da declaração de resolução.

ARTIGO 9.º - SINISTRO E AGRAVAMENTO DO RISCO

1. Se antes da cessação ou da alteração do contrato nos termos previstos no artigo anterior ocorrer o Sinistro cuja verificação ou consequência tenha sido influenciada pelo agravamento do risco, o Segurador:
- a) cobre o risco, efetuando a prestação convencionada, se o agravamento tiver sido correta e tempestivamente comunicado antes do Sinistro ou antes de decorrido o prazo previsto no n.º 1 do artigo anterior;
 - b) cobre parcialmente o risco, reduzindo-se a sua prestação na proporção entre o prémio efetivamente cobrado e aquele que seria devido em função das reais circunstâncias do risco, se o agravamento não tiver sido correta e tempestivamente comunicado antes do Sinistro;
 - c) pode recusar a cobertura em caso de comportamento doloso do Tomador do seguro ou do Segurado com o propósito de obter uma vantagem, mantendo direito aos prémios vencidos.
2. Na situação prevista nas alíneas a) e b) do número anterior, sendo o agravamento do risco resultante de facto do Tomador do seguro ou do Segurado, o Segurador não está obrigado ao pagamento da prestação se demonstrar que, em caso algum, celebra contratos que cubram riscos com as características resultantes desse agravamento do risco.

CAPÍTULO III PAGAMENTO E ALTERAÇÃO DOS PRÉMIOS

ARTIGO 10.º - VENCIMENTO DOS PRÉMIOS

1. Salvo convenção em contrário, o prémio inicial, ou a primeira fração deste, é devido na data da celebração do contrato.
2. As frações seguintes do prémio inicial, o prémio de anuidades subsequentes e as sucessivas frações deste são devidos nas datas estabelecidas no contrato.
3. A parte do prémio de montante variável relativa a acerto do valor e, quando seja o caso, a parte do prémio correspondente a alterações ao contrato são devidas nas datas indicadas nos respetivos avisos.

ARTIGO 11.º - COBERTURA

A cobertura dos riscos depende do prévio pagamento do prémio.

ARTIGO 12.º - AVISO DE PAGAMENTO DOS PRÉMIOS

1. Na vigência do contrato, o Segurador deve avisar por escrito o Tomador do seguro do montante a pagar, assim como da forma e do lugar de pagamento, com uma antecedência mínima de 30 dias em relação à data em que se vence o prêmio, ou frações deste.
2. Do aviso devem constar, de modo legível, as consequências da falta de pagamento do prêmio ou de sua fração.
3. Nos contratos de seguro em que seja convencionado o pagamento do prêmio em frações de periodicidade igual ou inferior a três meses e em cuja documentação contratual se indiquem as datas de vencimento das sucessivas frações do prêmio e os respectivos valores a pagar, bem como as consequências do seu não pagamento, o Segurador pode optar por não enviar o aviso referido no n.º 1, cabendo-lhe, nesse caso, a prova da emissão, da aceitação e do envio ao Tomador do seguro da documentação contratual referida neste número.

ARTIGO 13.º - FALTA DE PAGAMENTO DOS PRÉMIOS

1. A falta de pagamento do prêmio inicial, ou da primeira fração deste, na data do vencimento, determina a resolução automática do contrato a partir da data da sua celebração.
2. A falta de pagamento do prêmio de anuidades subsequentes, ou da primeira fração deste, na data do vencimento, impede a prorrogação do contrato.
3. A falta de pagamento determina a resolução automática do contrato na data do vencimento de:
 - a) uma fração do prêmio no decurso de uma anuidade;
 - b) um prêmio de acerto ou parte de um prêmio de montante variável;
 - c) um prêmio adicional resultante de uma modificação do contrato fundada num agravamento superveniente dorisco.
4. O não pagamento, até à data do vencimento, de um prêmio adicional resultante de uma modificação contratual determina a ineficácia da alteração, subsistindo o contrato com o âmbito e nas condições que vigoravam antes da pretendida modificação, a menos que a subsistência do contrato se revele impossível, caso em que se considera resolvido na data do vencimento do prêmio não pago.

ARTIGO 14.º - ALTERAÇÃO DO PRÉMIO

Não havendo alteração no risco, qualquer alteração do prêmio aplicável ao contrato apenas poderá efetuar-se no vencimento anual seguinte.

CAPÍTULO IV INÍCIO DE EFEITOS, DURAÇÃO E VICISSITUDES DO CONTRATO

ARTIGO 15.º - INÍCIO DA COBERTURA E DE EFEITOS

1. O dia e hora do início da cobertura dos riscos são indicados no contrato, sem prejuízo do previsto no artigo 11.º.

2. O fixado no número anterior é igualmente aplicável ao início de efeitos do contrato, caso distinto do início da cobertura dos riscos.

ARTIGO 16.º - DURAÇÃO

1. O contrato indica a sua duração, que poderá ser por um período certo e determinado ou por um ano prorrogável por novos períodos de um ano.
2. Os efeitos do contrato cessam às 24 horas do último dia do seu prazo.
3. A prorrogação prevista no n.º 1 não se efetua se qualquer das partes denunciar o contrato por declaração escrita enviada ao destinatário com uma antecedência mínima de 30 dias em relação à data da prorrogação ou se o Tomador do seguro não proceder ao pagamento do prémio.

ARTIGO 17.º - MODOS DE CESSAÇÃO DO CONTRATO

1. Além da possibilidade de denúncia prevista no n.º 3 do artigo anterior, o contrato pode cessar por caducidade, revogação por acordo das partes ou por resolução.
2. O presente contrato caduca no termo do período de vigência estipulado, se o houver, e na eventualidade de superveniente perda do interesse ou de extinção do risco e sempre que se verifique o pagamento da totalidade do capital seguro para o período de vigência do contrato sem que se encontre prevista a reposição desse capital.
3. Caso o contrato tenha sido celebrado à distância, o Tomador do seguro, que seja pessoa singular, tem o direito à resolução do mesmo, sem necessidade de invocar justa causa, no prazo de 14 dias imediatamente após a data da receção da apólice.
4. Sem prejuízo do estabelecido no número anterior, o contrato pode ser resolvido pelas partes a todo o tempo, havendo justa causa, mediante correio registado.
5. O montante do prémio a devolver ao Tomador do seguro em caso de cessação antecipada do contrato é calculado proporcionalmente ao período de tempo que decorreria da data da cessação da cobertura até ao vencimento do contrato, salvo convenção de cálculo diverso pelas partes em função de razão atendível, como seja a garantia de separação técnica entre a tarificação dos seguros anuais e a dos seguros temporários.
6. A resolução do contrato produz os seus efeitos às 24 horas do dia em que seja eficaz.

CAPÍTULO V OBRIGAÇÕES E DIREITOS DAS PARTES

ARTIGO 18.º - OBRIGAÇÕES DO TOMADOR DO SEGURO E DO SEGURADO

1. Em caso de sinistro coberto pelo presente contrato, o Tomador do seguro ou o Segurado obrigam-se:
 - a) a comunicar tal facto, por escrito, ao Segurador, no mais curto prazo de tempo possível, nunca superior a oito dias a contar do dia da ocorrência ou do dia em que tenha conhecimento da mesma, explicitando as suas circunstâncias, causas eventuais e consequências;

- b) a prestar ao Segurador as informações relevantes que este solicite relativas ao sinistro, às suas causas e às suas consequências.
2. O incumprimento do previsto nas alíneas a) a b) do número anterior determina:
- a) a redução da prestação do Segurador atendendo ao dano que o incumprimento lhe cause;
- b) a perda da cobertura se for doloso e tiver determinado dano significativo para o Segurador.

CAPÍTULO VI

DISPOSIÇÕES DIVERSAS

ARTIGO 19.º - INTERVENÇÃO DE MEDIADOR DE SEGUROS

1. Nenhum mediador de seguros se presume autorizado a, em nome do Segurador, celebrar ou extinguir contratos de seguro, a contrair ou alterar as obrigações deles emergentes ou a validar declarações adicionais, salvo o disposto nos números seguintes.
2. Pode celebrar contratos de seguro, contrair ou alterar as obrigações deles emergentes ou validar declarações adicionais, em nome do Segurador, o mediador de seguros ao qual o Segurador tenha conferido, por escrito, os necessários poderes.
3. Não obstante a carência de poderes específicos para o efeito da parte do mediador de seguros, o seguro considera-se eficaz quando existam razões ponderosas, objetivamente apreciadas, tendo em conta as circunstâncias do caso, que justifiquem a confiança do Tomador do seguro de boa-fé na legitimidade do mediador, desde que o Segurador tenha igualmente contribuído para fundar a confiança do Tomador do seguro.

ARTIGO 20.º - COMUNICAÇÕES E NOTIFICAÇÕES ENTRE AS PARTES

1. As comunicações ou notificações do Tomador do seguro ou do Segurado previstas nesta apólice consideram-se válidas e eficazes caso sejam efetuadas para a sede social do Segurador ou da sucursal, consoante o caso.
2. As comunicações previstas no presente contrato devem revestir forma escrita ou ser prestadas por outro meio de que fique registo duradouro.
3. O Segurador só está obrigado a enviar as comunicações previstas no presente contrato se o destinatário das mesmas estiver devidamente identificado no contrato, considerando-se validamente efetuadas se remetidas para o respetivo endereço constante da Apólice.

ARTIGO 21.º – LEI APLICÁVEL, RECLAMAÇÕES E ARBITRAGEM

1. A lei aplicável a este contrato é a lei portuguesa.
2. Sem prejuízo do recurso aos Tribunais, o Tomador do seguro ou o Segurado pode apresentar reclamações decorrentes da interpretação ou aplicação do presente contrato ao departamento responsável pela gestão de reclamações do Segurador, ao Provedor do Cliente ou à Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (www.asf.com.pt), nos termos das suas competências legais.

3. Os litígios emergentes de validade, interpretação, execução e incumprimento do contrato de seguro podem ser dirimidos por via arbitral.
4. A arbitragem prevista no número anterior segue o regime geral da Lei de arbitragem.
5. Em caso de litígio de consumo, o consumidor pode recorrer à entidade de resolução alternativa de litígios indicada nas Condições Particulares.

ARTIGO 22.º – FORO

O foro competente para dirimir os litígios emergentes deste contrato é o fixado na lei civil.

ARTIGO 23.º – SANÇÕES

O Segurador não será responsável por garantir qualquer cobertura, efetuar qualquer pagamento de sinistro ou prestar qualquer outro benefício objeto do contrato na medida em que a garantia dessa cobertura, esse pagamento, a regularização desse sinistro ou a prestação desse benefício exponham o Segurador a qualquer sanção, proibição ou restrição impostas por resolução da Organização das Nações Unidas ou impostas por sanções, leis ou regulamentos comerciais ou económicos da União Europeia, desde que aplicáveis na ordem jurídica portuguesa.

Condição Especial do Seguro de Roubo de Gadget Associado à Solução Prestige Family

O seguro de Roubo de Gadget de que beneficiam os aderentes à Solução Prestige Family, do Millenniumbcp, integra as Condições Gerais da Apólice e a presente Condição Especial a qual, em caso de dúvida, prevalece sobre as Condições Gerais.

ARTIGO 1.º - DEFINIÇÕES

Para efeitos da presente condição especial entende-se por:

TOMADOR DO SEGURO: O Banco Comercial Português, S.A., nesta Condição Especial também designado “Millenniumbcp”.

EQUIPAMENTO: O dispositivo eletrónico portátil propriedade do(s) Segurado(s).

ARTIGO 2.º - OBJETO E GARANTIAS DO CONTRATO

1. Quando seja contratada, a presente Condição Especial destina-se apenas ao Primeiro e Segundo Titulares da Conta de depósitos associada à Solução Prestige Family do Millenniumbcp.
2. A Presente Condição Especial garante o ressarcimento dos danos do(s) Segurados diretamente resultantes do Roubo do Equipamento definido nos termos do artigo 1.º desta Condição.

ARTIGO 3.º - INÍCIO E DURAÇÃO DA COBERTURA

1. Sem prejuízo do prévio pagamento do prémio, a cobertura dos riscos inicia-se a partir das 0 horas do dia seguinte àquele no qual as Pessoas Seguras se constituem titulares da Solução Prestige Family.
2. As garantias cessam automaticamente na primeira das seguintes datas:
 - a) na data em que o Segurado deixe de ser titular da Solução Prestige Family;
 - b) na data em que a conta de Depósitos à Ordem for encerrada.
3. O presente contrato é celebrado pelo período inicial de um ano e prorroga-se sucessivamente, no final do termo estipulado, por novos períodos de um ano.

ARTIGO 4.º - EXCLUSÕES

Sem prejuízo das exclusões previstas nas Condições Gerais, o presente contrato de seguro não garante as seguintes situações:

- a) as perdas ou danos já existentes à data do sinistro;
- b) não serão reembolsados os valores dos objetos que não tenham sido participados às autoridades policiais.

ARTIGO 5.º - CAPITAL SEGURO

1. Pelo presente contrato, fica garantido um capital máximo de 250,00 € por anuidade.
2. Em caso de sinistro, o valor de indemnização corresponderá ao valor de substituição por um equipamento novo, com idênticas características, até ao limite do capital seguro.

ARTIGO 6.º - FRANQUIA

Em caso de sinistro, será aplicável uma franquia de 50 €.

ARTIGO 7.º - OBRIGAÇÕES DO SEGURADOR

1. O Segurador substituirá o(s) Segurado(s) na regularização de qualquer sinistro que, ao abrigo do presente contrato, ocorra durante o período de vigência do mesmo.
2. As averiguações e peritagens necessárias ao reconhecimento do sinistro e à avaliação dos danos, deverão ser efetuadas pelo Segurador com a adequada prontidão e diligência, sob pena de aquele responder por perdas e danos.
3. A indemnização deve ser paga 30 dias após serem concluídas as investigações e peritagens necessárias ao reconhecimento da responsabilidade do Segurado e à fixação do montante dos danos.

ARTIGO 8.º - OBRIGAÇÕES DOS SEGURADOS

1. O(s) Segurado(s) obrigam-se a participar às autoridades competentes a ocorrência, nas 24 horas seguintes, devendo fornecer ao Segurador o documento comprovativo dessa participação.
2. Em caso de sinistro coberto pelo presente contrato, o(s) Segurado(s), sob pena de responderem por perdas e danos, obrigam-se a comunicar ao Segurador, a contar do momento em que tenha tido ou se presume que teve conhecimento de qualquer ato ou facto de que possa eventualmente resultar responsabilidade garantida por esta apólice e a participá-lo, por escrito e de forma circunstanciada, no prazo de oito dias.
3. Só serão indemnizados os danos cobertos por esta apólice quando sejam apresentados documentos comprovativos da aquisição dos bens roubados.